



# A Economia Portuguesa na Hora da Verdade

Como foi possível Portugal chegar à terrível situação em que se encontra? Como poderemos sair deste atoleiro? Estas são as duas perguntas que dominam o nosso debate público e que reflectem as ansiedades da generalidade dos portugueses.

POR MIGUEL MORGADO

PROFESSOR AUXILIAR DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**N**o livro que publicou em Abril deste ano, Álvaro Santos Pereira, um economista português sediado na Universidade Simon Fraser, em Vancouver, procura responder a ambas as interrogações sem deixar de ponderar nenhuma das alternativas que realisticamente nos são colocadas colocam. Trata-se de um feito notável pela sua honestidade intelectual, pela abrangência de visão e pela sobriedade e realismo das propostas.

O diagnóstico da situação actual e das suas causas mais pro-

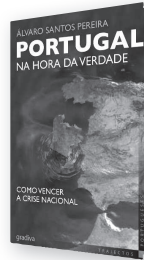
fundas não diverge muito do de outros economistas que nos últimos dois anos publicaram livros com esse intuito. No entanto, a familiaridade da tese geral não deve servir de pretexto para uma leitura mais apressada. A primeira metade do livro deve ser longamente meditada, não só pelo rigor da argumentação, mas também porque Álvaro Santos Pereira oferece ao leitor uma amplíssima informação factual que lhe permite retratar com exactidão e profundidade o estado actual da debilitada economia portuguesa. Nessas páginas percebe-se com clareza que os problemas portugueses foram cavados nos últimos 10 ou até 15 anos, como demonstra a queda irresistível do PIB potencial do País, da produtividade do trabalho e da eficiência marginal do capital; o crescimento assustador da despesa pública e a rigidificação dessa mesma despesa; a permanência de um deprimente défice na balança corrente e uma exorbitante dívida externa. No mesmo sentido, com os dados distribuídos pela obra, compreende-se melhor a hipertrofia do sector dos bens não transaccionáveis, provocada em grande parte por decisões políticas voluntárias, como a expansão do aparelho estatal directo e indirecto – institutos, fundações, observatórios, direcções-gerais – e a obsessão com aquilo a que o autor chama a ten-



tação “fontista” (o “fontismo extremado”, p. 46) a que os nossos governos não conseguem resistir, isto é, a obsessão com as grandes obras públicas que não são apenas inúteis mas fortemente nocivas para a prosperidade nacional, e que só uma tremenda confusão permite associar ao “keynesianismo”. O desperdício de recursos, a concepção essencialmente estatista do desenvolvimento económico e social e a injustiça inter-geracional estão plasmadas no frenesim da inauguração da “grande obra” e no abuso imperdoável das Parcerias Público-Privadas com custos catastróficos para os contribuintes presentes e futuros. A esta luz, é fácil compreender que a crise internacional de 2007-2009 limitou-se a apressar e a reforçar as patentes dificuldades da nossa economia.

A disponibilização de dados que o livro contém é extraordinária. Permite comparações históricas do período actual com as experiências do passado (sabia que temos a mais elevada dívida pública dos últimos 160 anos?), assim como permite regularmente comparações internacionais (sabia que desde 2000 temos vindo a divergir acentuadamente dos níveis de rendimento e de prosperidade dos nossos parceiros europeus, incluindo os da Europa de Leste?). Disponibiliza igualmente informação crucial para elucidar a discussão urgente da reforma do Estado. Em *Portugal na hora da verdade* temos acesso a um levantamento de muitas das instituições estatais cuja existência passa despercebida aos olhos dos cidadãos, mas não certamente ao orçamento do Estado, nem à carteira do contribuinte. Ficamos a conhecer o alcance tentacular do Estado no mundo empresarial através do Sector Empresarial do Estado e das participações públicas em empresas nominalmente privadas. Com os números que são oficialmente confirmados, imaginamos a extensão exorbitante – e só podemos imaginar, já que o próprio Estado desconhece as suas fronteiras exactas – da propriedade imobiliária do Estado português, grande parte dela não aproveitada e subtraída à sociedade. A dimensão e actividades excessivas do Estado constituem um grande obstáculo à prosperidade do País por razões económicas, por razões financeiras e por razões morais/políticas. Nenhum destes aspectos desta discussão é ignorado no livro. Mais: um Estado assim (des)organizado e omnipresente é paradoxalmente menos eficaz a lidar com as tarefas que são indeclinavelmente suas e que não podem ser cumpridas pela sociedade.

Além disso, são fornecidos dados sobre matérias particularmente difíceis no que diz respeito à recolha empírica. Um dos exemplos mais impressionantes situa-se nos números da vaga



ÁLVARO SANTOS PEREIRA  
**Portugal na Hora da Verdade: Como Vencer a Crise Nacional**  
Lisboa, Gradiva, 2011, 570 pp.

de emigração a que temos assistido nos últimos 10 anos, e dos quais se pode dizer que só encontram um paralelo na vaga migratória dos anos 60 do século XX. Segundo as estimativas apresentadas na obra, só na última década 700 mil pessoas abandonaram o País, o que equivale a 7 por cento da população portuguesa. Álvaro Santos Pereira podia até ter ido mais longe na chamada de atenção para a gravidade deste fenómeno, na medida em que as actuais taxas de natalidade são substancialmente mais baixas do que as que se registavam nos anos 60, o que torna as consequências económicas e demográficas destes movimentos migratórios ainda mais problemáticos. É certo que, em princípio, nada disto teria consequências perniciosas se Portugal fosse um centro atraente de imigração

do resto do mundo. Mas, de facto, Portugal perdeu no mesmo período a sua atractividade como destino de potenciais imigrantes, depois de alguns anos promissores na década de 90. As debilidades estruturais da nossa economia e a pobreza do seu desempenho cobram também este preço.

Mas o autor não prescinde de avançar propostas concretas, e parte delas quantificadas, para tentar solucionar os problemas económicos nacionais. Em primeiro lugar, no curtíssimo prazo estão as exigências da dívida. Álvaro Santos Pereira recusa as teses da inevitabilidade e bondade da reestruturação da dívida externa, assim como não aceita a opinião de um número crescente de comentadores que sustenta o abandono da União Monetária. Ambas as decisões, alega o autor, teriam custos bem mais pesados do que comumente se julga. Assim, o corte de despesas nas estruturas do aparelho estatal é imprescindível. Mas não basta. É necessário estancar a hemorragia de recursos das empresas públicas. A combinação da urgência de arrecadação de receitas com a insustentabilidade dos prejuízos do sector público estatal impõe um programa de privatizações, do qual Álvaro Santos Pereira exclui, por razões de oportunidade, a Caixa Geral de Depósitos. Convém recordar que para estabilizar a dívida pública em níveis minimamente sustentáveis o Estado português precisa de acumular saldos primários positivos sempre, na melhor das hipóteses, superiores a 3 por cento do PIB. Ora, desde 2007 os saldos primários (que, por definição, não tomam em conta os gastos com o pagamento de juros da dívida), têm constantemente registado valores bem abaixo dos -4 por cento do PIB. Se o desafio é grande, a resposta política tem de estar à altura do desafio.

No que toca à economia em geral, o autor insiste na redução dos chamados “custos de contexto”, na flexibilização da lei laboral, em particular das normas que se referem ao despedimento individual, em tornar o sistema judicial justiça mais eficiente e competitivo, na abertura de Portugal ao espírito empreendedor, no aumento a taxa de poupança e na inversão da depressão demográfica.

O novo governo que entretanto tomar posse faria bem em tomar boa nota dos diagnósticos, avisos e recomendações aqui expressos. Afinal de contas, *Portugal na hora da verdade* não é um livro estritamente académico. Escrito numa linguagem muito acessível e frequentemente didáctica, é também e sobretudo um acto de cidadania. Os restantes cidadãos estão agradecidos. ::

.....

## ÁLVARO SANTOS PEREIRA RECUSA AS TESES DA INEVITABILIDADE E BONDADE DA RESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA, ASSIM COMO NÃO ACEITA A OPINIÃO DE UM NÚMERO CRESCENTE DE COMENTADORES QUE SUSTENTA O ABANDONO DA UNIÃO MONETÁRIA

